



DADOSJUSBR

# Status de completude de contracheques no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ

Maio/2025

Quarto relatório analítico sobre as remunerações dos membros do Judiciário, no âmbito do acordo de cooperação entre a Transparência Brasil e o Conselho Nacional de Justiça, a partir de dados coletados pelo DadosJusBr



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

# FICHA TÉCNICA

Maio/2025

## DIREÇÃO EXECUTIVA

Juliana Sakai

## PESQUISA, REDAÇÃO E ANÁLISES

Bianca Berti

Cristiano Pavini

Jessé Oliveira

Joellen Silva

Raul Durlo

## FINANCIAMENTO

**Instituto  
Betty e Jacob  
Lafer**



TRANSPARÊNCIA  
BRASIL

**dados  
Justiça**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta análise de completude das informações remuneratórias dos magistrados foi produzida no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 079/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a Transparência Brasil nos autos do processo CNJ nº 02637/2021. Visa, especificamente, compreender os efeitos do despacho proferido pelo conselheiro Guilherme Caputo em 19.nov.2024 no CUMPRDEC 327-13, que determinou a intimação de 91 tribunais para revisão e correção dos dados salariais presentes no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ.

O levantamento compreende o período de jan.2024 a mar.2025, e foi produzido com dados obtidos mensalmente pelo projeto DadosJusBr do Painel, constituído em cumprimento à Resolução CNJ no 215/2016 e à Portaria no 63/2017.

**Verificou-se que 47 órgãos - notadamente das justiças do Trabalho e Eleitoral - apresentam ausência de contracheques em ao menos um mês no período compreendido por esta análise**, em razão da não alimentação do Painel com informações ou disponibilização das mesmas em formato não individualizado, impedindo a consulta em nível de cada membro.

No mesmo período, **foram identificados R\$ 919,6 milhões em lançamentos que não possuem qualquer descritivo de sua natureza, inclusive com inserção de números em campos destinados a textos, o que resulta em completa opacidade destes pagamentos**. Há, ainda, órgãos com valores potencialmente incorretos, notadamente o Tribunal de Roraima, que apresenta R\$ 1,9 bilhão em pagamentos de férias em 2024.

A Transparência Brasil recomenda a implementação de mecanismos para identificação de inconsistências na rotina de atualizações dos contracheques pelos tribunais, ampliando a qualidade dos dados e favorecendo os controles interno e externo. Adicionalmente, é essencial que o painel, prioritariamente, promova a diferenciação entre membros em exercício e inativos, considerando as características de remuneração próprias de cada categoria, e institua um identificador único (ID) para cada magistrado.

# ÍNDICE

1. Introdução	5
2. Análises	5
2.1 Incompletude	5
2.2 Integridade	6
2.2.1 Dados inexistentes	6
2.2.2 Valores com indícios de erros	8
3. Contribuições para aprimoramento	8
3.1 - Diferenciação de ativos e inativos	8
3.2 - Criação de ID por magistrado	9
3.3 - Alertas internos para potenciais inconsistências	9
ANEXO 1 - Detalhamento da completude e integridade dos órgãos no painel	10

# Introdução

O DadosJusBr é um projeto da Transparência Brasil (TB) - organização brasileira que há 25 anos atua no combate à corrupção, fomento ao controle social e aprimoramento de políticas públicas - objetivando a ampliação do controle social sobre os contracheques do sistema de Justiça. Foi desenvolvida uma plataforma de consulta pública das remunerações dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público, alimentada por robôs que realizam a coleta, sistematização, padronização e divulgação de dados.

No âmbito do Judiciário, as informações do DadosJusBr são coletadas do [Painel de Remuneração dos Magistrados](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recebe e disponibiliza os contracheques enviados pelos órgãos, em cumprimento à [Resolução nº 215/2015](#) e [Portaria 63/2017](#).

Em maio de 2021, a Transparência Brasil assinou o [Termo de Cooperação Técnica nº 079/2021](#) com o CNJ, estabelecendo uma parceria visando “maior acurácia na transparência e análise das prestações de contas do sistema remuneratório do Poder Judiciário”.

As principais ações realizadas pela Transparência Brasil decorrentes dessa cooperação foram:

- março/22: publicação do [Relatório de Transparência dos Tribunais de Justiça dos Estados](#), que ensejou medidas do CNJ para que os órgãos estaduais ampliassem a completude dos dados do Painel de Remunerações;
- dezembro/22: apresentação ao CNJ do [primeiro relatório de completude](#) do Painel de Remunerações;
- abril/23: assinatura do [1º termo aditivo](#) ao acordo de cooperação;
- junho/23: apresentação ao CNJ do [segundo relatório de completude](#);
- outubro/23: realização de audiência com o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para atualização das medidas adotadas pelo CNJ;
- abril/24: realização de reunião com a chefia de gabinete do ministro Guilherme Caputo Bastos para apresentação do DadosJusBr e dos principais resultados do acordo de cooperação.
- maio/24: apresentação do [terceiro relatório de completude](#).

# Análises

## 1.1 Incompletude

Entendemos como completude a disponibilidade integral e individualizada de contracheques de um órgão em cada mês. Identificamos que a informação está ausente quando: 1) é inexistente no Painel; 2) não há detalhamento por membro.

Constatamos<sup>1</sup> que, em um universo de 15 meses (jan.24 a mar.25), 47 órgãos apresentam incompletude de ao menos um mês de contracheques. Somados, são 209 meses ausentes. Eles estão concentrados, principalmente, nas justiças do Trabalho e Eleitoral, que representam 81% das ausências nesse período.

Tabela 1 - Quinze órgãos com maior incompletude entre jan.24 a mar.25

Órgão	Meses sem prestação de contas
TRE-RS	15
TRT-21	15
TRT-18	15
TRE-CE	15
TRE-PE	15
TRT-22	11
TRE-DF	10
TRT-11	8
TRT-7	8
TRE-RR	5
TJM-RS	4
TRE-AM	4
TRE-TO	4
TRE-PA	4
TRF-3	4

Em 2025, 42 órgãos apresentam ao menos um mês de incompletude. Destes, vinte não possuem nenhum dos três meses analisados: TJM-RS, TRT-22, TJ-AP, TRE-RR, TRE-SP, TRF-5, TRT-18, TJ-PB, TRE-RN, TRE-AC, TRE-RS, TRE-AM, TRE-TO, TRE-CE, TRT-17, TRE-PA, TRT-21, TRE-PE, TRT-24, TRE-PI.

<sup>1</sup> A análise foi realizada a partir de dados acessados em 1.abr.2025. Eventuais atualizações de dados após essa data não estão contempladas neste levantamento.

O Painel apresenta recorrentemente contracheques com números no campo dedicado a um texto descritivo do benefício, inviabilizando a identificação do mesmo. Em 2024, identificamos 51.066 lançamentos (cada lançamento é um

benefício atrelado a um membro de um órgão em um mês) com essa inconsistência, que somam R\$ 748,7 milhões, relativos a 53 órgãos.

Apesar do acompanhamento pelo CUMPRDEC, a prática persistiu em 2025: outros R\$ 170,9 milhões foram pagos entre janeiro e março com rubricas inconsistentes, relativas a 9.892 lançamentos. No presente ano, 32 órgãos apresentaram ao menos um pagamento inconsistente.

A título de exemplificação de inconsistência, o Tribunal de Justiça do Maranhão, em fevereiro de 2025, apresentou o número “0” no detalhe de dois benefícios pagos a cada membro como direito pessoal:

Reprodução 2 - Painel CNJ, filtro por TJ-MA (órgão), 2025 (ano) e 2 (mês)

Painel de dados sobre a Portaria 63/2017

Contracheque

Direitos Pessoais

Indenizações

Direitos Eventuais

Controle de Arquivos

Esfera

Conselhos Eleitoral

Tribunal

TJMA

CNO

STJ

STM

TJAC

TJAL

TJAM

TJAP

TJBA

TJCE

TJDF

TJES

TJGO

TJMG

TJMMG

TJMRS

TJMS

TJMSP

TJMT

TJPA

TJPB

Ano

2025

Mês Referência

02

Cargo

CARGO SEM VINCULO\_CONC E APOS DESEMBARGADOR

Direitos Pessoais - Tabela

Tribunal	Magistrado	Mês/Ano Ref.	Abono de permanência (R\$)	Outra (R\$)	Detalhe	Outra (R\$)	Detalhe
	ADELVAM NASCIMENTO PEREIRA	02/2025	0,00	21.820,08	0	21.820,08	0
	ADINALDO ATAIDES CAVALCANTE	02/2025	10.880,28	37.204,09	0	48.084,37	0
	ADOLFO PIRES DA FONSECA NETO	02/2025	6.871,03	17.058,54	0	23.929,57	0
	ADRIANA DA SILVA CHAVES	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0
	ADRIANO CÉSAR OLIVEIRA NÓBREGA	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0
	ADRIANO LIMA PINHEIRO	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0
	AILTON CASTRO AIRES	02/2025	7.124,76	36.435,13	0	43.559,89	0
	AILTON GUTEMBERG CARVALHO LIMA	02/2025	0,00	13.280,48	0	13.280,48	0
	ALESSANDRA COSTA ARCANGELI	02/2025	6.628,62	13.280,48	0	19.909,10	0
	ALESSANDRA LIMA SILVA	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0
	ALESSANDRO ARRAIS PEREIRA	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0

Já o Tribunal de Justiça do Sergipe, em todos os meses de 2025, além do “0” no detalhe de um benefício apresenta um número na descrição de outro, cujo campo de valor está zerado.



Reprodução 3 - Painel CNJ, filtro por TJ-SE (órgão), 2025 (ano)

Painel de dados sobre a Portaria 63/2017

Contracheque

Direitos Pessoais

Indenizações

Direitos Eventuais

Controle de Arquivos

Esfera

Conselhos Eleitoral

Estadual

Federal

Tribunal

TJSE

CNU

STJ

STM

TJAC

TJAL

TJAM

TJBA

TJCE

TJDF

TJGO

TJMA

TJMG

TJMMS

TJMSP

TJPA

Ano

2025

2018

2017

2019

Mês Referência

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

Cargo

DESEMBARGADOR(A)

JUIZ DE DIREITO DE ENTRÂNCIA FINAL

Último envio

Não

Sim

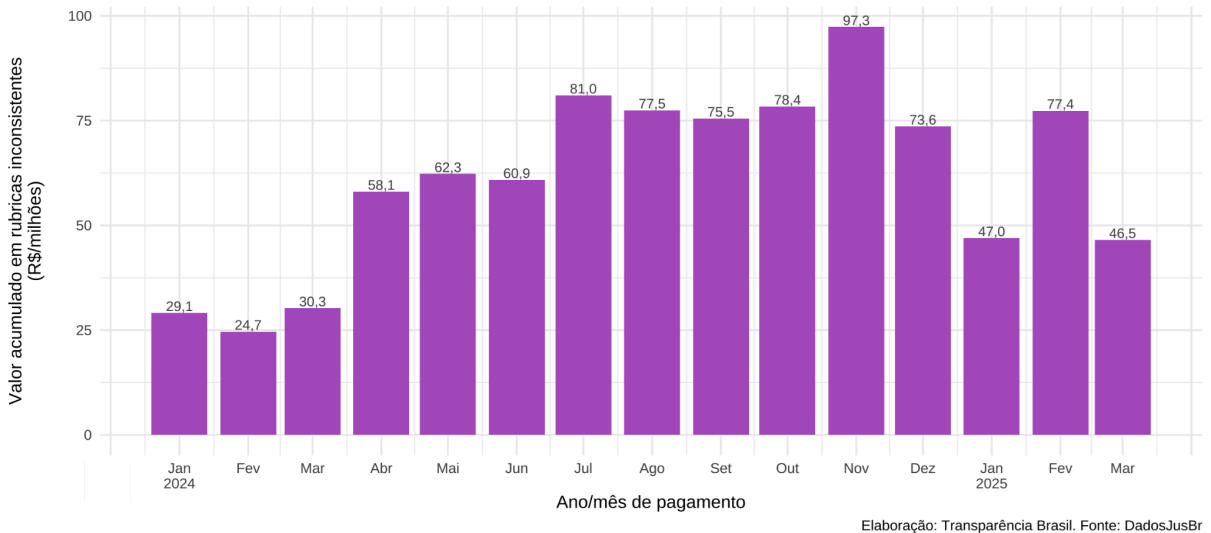
Direitos Pessoais - Tabela

Tribunal	Magistrado	Mês/Ano Ref.	Abono de permanência (R\$)	Outra (R\$)	Detalhe	Outra (R\$)	Detalhe	Total de Direitos Pessoais
		01/2025	5.733,23	0,00	3219,84	8.953,07	0	0,00
		02/2025	6.016,22	0,00	3219,84	9.236,06	0	0,00
		03/2025	6.040,37	0,00	3392,33	9.432,70	0	0,00
		04/2025	6.040,37	0,00	3392,33	9.432,70	0	0,00

Tabela 2 - Dez órgãos com maior inconsistência em 2025 (até março)

Órgão	Valores inconsistentes
TJ-MA	57.808.585,09
TJ-RJ	48.402.729,73
TJ-SE	20.356.777,40
TJ-DFT	18.965.091,65
TRF-3	7.925.075,88
TJ-PA	7.826.459,04
STJ	4.542.691,60
TRF-4	1.638.789,85
TRE-MT	989.135,00
TRE-MS	831.480,30

Gráfico 1 - Valores pagos em lançamentos inconsistentes de jan.2024 a mar.2025, em milhões de reais



### 1.2.2 Valores com indícios de erros

Verifica-se que o Painel armazena e divulga dados potencialmente incorretos. O caso mais grave identificado é do Tribunal de Roraima, que apenas em 2024 consta com pagamentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão em férias a seus membros, com valores mensais recorrentes de R\$ 3 milhões a cada magistrado. Esses montantes exorbitantes não são replicados na planilha de consolidação de valores líquidos do próprio Painel e no portal de transparência do TJ-RR, evidenciando um possível erro.

A manutenção de lançamentos que não condizem com o praticado é prejudicial ao órgão perante a opinião pública, além de dificultar o exercício do controle social em razão da ausência da informação íntegra.

## 3. Contribuições para aprimoramento

Visando o contínuo aperfeiçoamento do Painel para o exercício do controle interno e externo, sugerimos a adoção de aprimoramentos primordiais apresentados nas seções a seguir.

### 3.1 - Diferenciação de ativos e inativos

Em que pese os tribunais segregarem ativos e inativos em seus portais de transparência, a diferenciação não ocorre na coleta de dados que alimentam o Painel. Com isso, não é possível diferenciar magistrados aposentados daqueles em exercício. Alguns órgãos o fazem nos campos “cargo” ou “lotação”, mas o mesmo ocorre sem padronização.

Recomendamos que haja um padrão para a utilização destes campos, ou criação de um novo, visando exclusivamente a distinção entre ativos e inativos, o que será essencial no curto prazo, considerando o expressivo quantitativo de 4,3 mil<sup>2</sup> membros que já se encontram em condições para a aposentadoria.

---

<sup>2</sup> Membros que recebem abono de permanência no contracheque.

### 3.2 - Criação de ID por magistrado

Na consulta pública, inexistiu um identificador único atribuído a cada magistrado, de modo a acompanhar os seus contracheques ao longo da carreira no Judiciário. A consulta nominal não permite a precisão, em razão de homônimos entre órgãos e de alterações (no caso de incorporação de sobrenomes em matrimônios ou exclusão em divórcios).

### 3.3 - Alertas internos para potenciais inconsistências

A criação de travas e alertas de inconsistências na rotina de alimentação da base com os dados dos tribunais amenizaria a divulgação de informações com baixa qualidade no Painel. Sugerimos, a título de exemplificação e em caráter não exaustivo, as seguintes ocorrências como potencialmente problemáticas:

- inserção de número em um campo dedicado a texto, e vice-versa;
- ocorrência de agregador “0” nos contracheques dos órgãos, sem individualização nominal;
- pagamentos que extrapolam consideravelmente a mediana daquele benefício no contexto do Judiciário e do órgão.

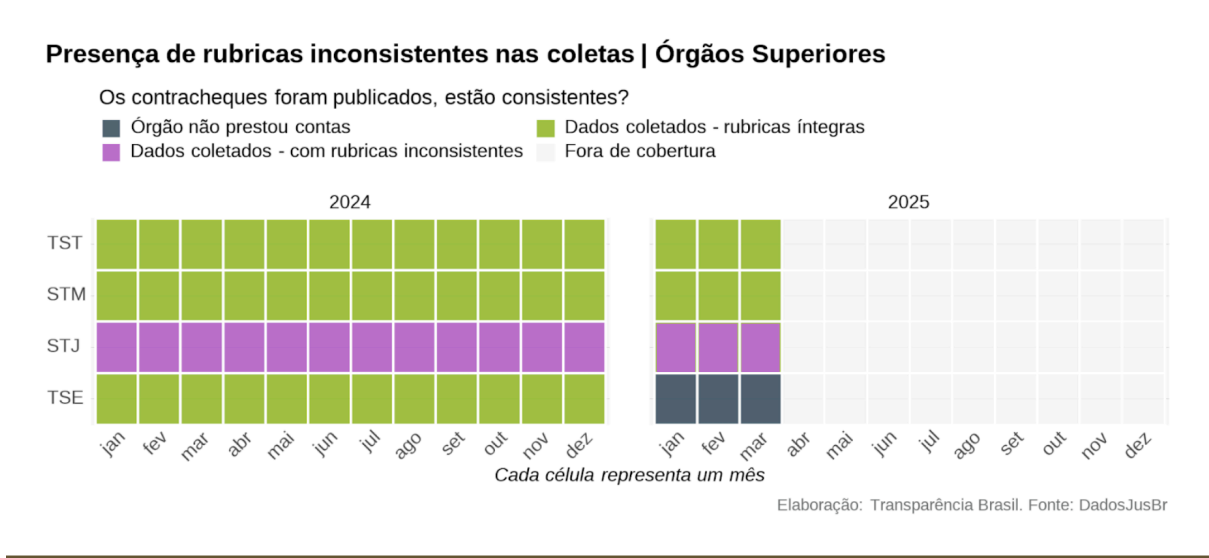
Reprodução 3 - Painel CNJ, filtro por TJ-RR (órgão), 2024 (ano)

Esfera		Tribunal											Ano	Mês Referência				Cargo			
Conselhos	Estadual	TJCE	TJES	TJMA	TJMS	TJPA	TJPE	TJPR	TJRN	TJRS	TJSE	TJTO	2024	2018	01	04	07	10	DESEMBARGADOR		
Eleitoral	Federal	TJDF	TJGO	TJMG	TJMT	TJPB	TJPI	TJRJ	TJRO	TJSC	TJSP	CJF	2017	2019	02	05	08	11	JUIZ APOSENTADO		
															03	06	09	12	JUIZ APOSENTADO		

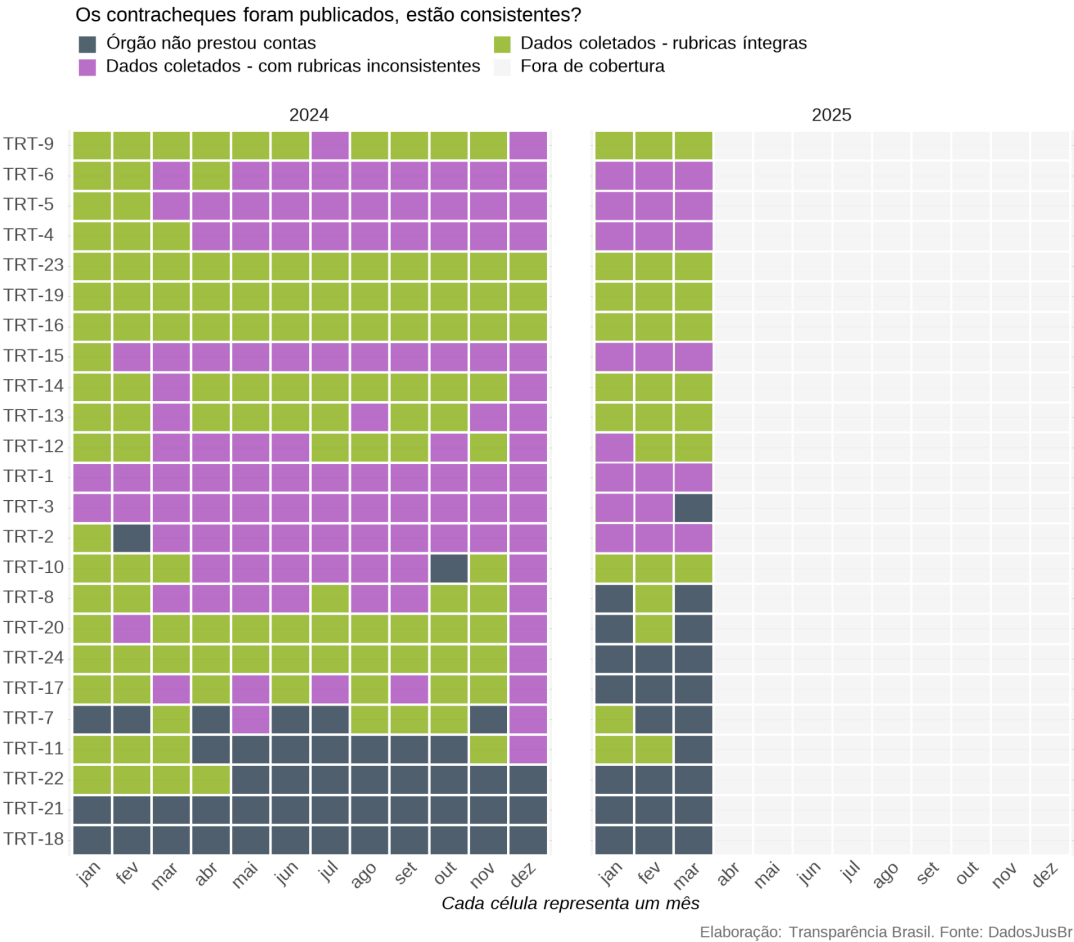
Direitos Eventuais - Tabela										
Tribunal	Magistrado	Mês/Ano Ref.	Abono constitucional de 1/3 de férias (R\$)	Indenização de férias (R\$)	Antecipação de férias (R\$)	Gratificação natalina (R\$)	Antecipação de gratificação natalina (R\$)	Substituição (R\$)	Gratificação por exercício cumulativo (R\$)	Gratificação por encargo Curso/Concurso (R\$)
TJRR	AIR MARIN JUNIOR	01/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		02/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		03/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		04/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		05/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		06/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		07/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		08/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		09/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		10/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		11/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		12/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		01/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		02/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		03/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		04/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
		05/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00

# ANEXO 1 - Detalhamento da completude e integridade dos órgãos no painel

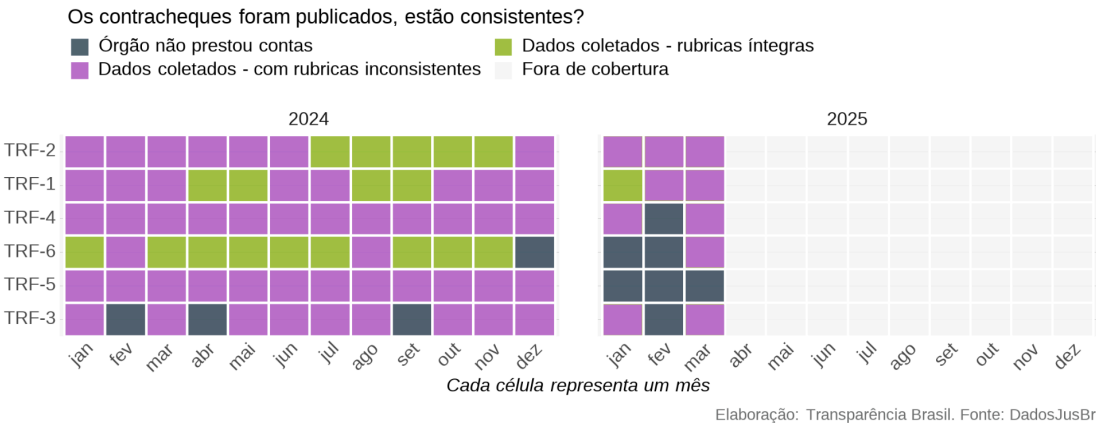
Os gráficos refletem as informações coletadas mensalmente de forma automatizada pela Transparência Brasil até 1.abril.2025 no Painel de Remuneração de Magistrados do CNJ, relativos de jan.24 a mar.25. Após essa data, podem ter ocorrido atualizações ou correções, refletindo diretamente na completude e consistência.



Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais Regionais do Trabalho



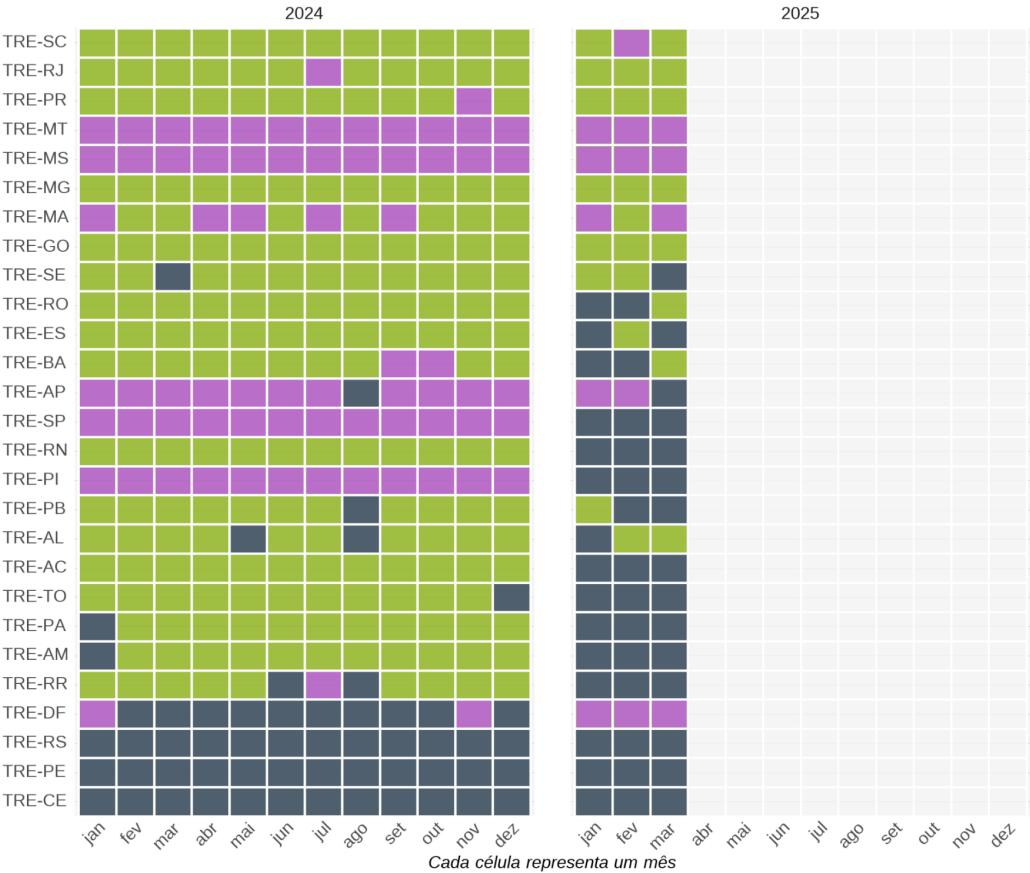
Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais Regionais Federais



Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais de Justiça Eleitoral

Os contracheques foram publicados, estão consistentes?

- Órgão não prestou contas
- Dados coletados - rubricas íntegras
- Dados coletados - com rubricas inconsistentes
- Fora de cobertura



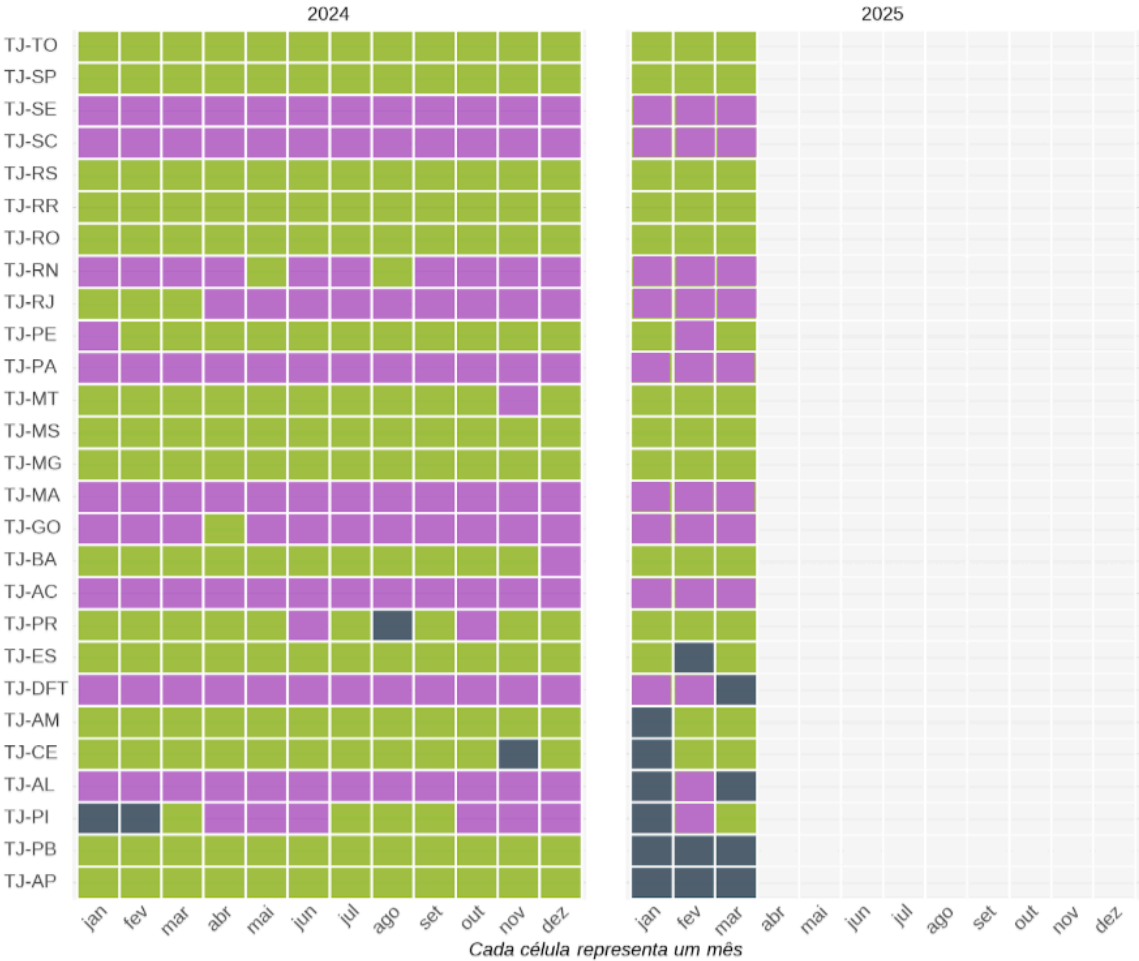
Cada célula representa um mês

Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais de Justiça estaduais e DFT

Os contracheques foram publicados, estão consistentes?

- Órgão não prestou contas
- Dados coletados - rubricas íntegras
- Dados coletados - com rubricas inconsistentes
- Fora de cobertura



Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr



A Transparência Brasil é uma organização sem fins lucrativos, independente e autônoma fundada em abril de 2000. Sua atuação é reconhecida pelo rigor metodológico com dados para ampliação da qualidade e eficiência do gasto público e promoção de instituições públicas íntegras na democracia brasileira.

 [imprensa@transparencia.org.br](mailto:imprensa@transparencia.org.br)

 [transparencia.org.br](http://transparencia.org.br)